CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

EUA não vão extraditar Eduardo Bolsonaro após decisão de Moraes, diz Paulo Figueiredo

■ Os Estados Unidos não atenderão ao pedido de Alexandre de Moraes e do governo Lula para extraditar Eduardo Bolsonaro (PL), após o ministro do STF determinar o início do cumprimento da pena de 4 anos e 2 meses de prisão imposta ao ex-deputado por coação no curso do processo.

■ A informação foi repassada à coluna pelo jornalista Paulo Figueiredo, que afirmou ter entrado em contato com o Departamento de Estado norte-americano assim que tomou conhecimento da decisão de Moraes, nesta quinta-feira (8).

■ A posição relatada pelo jornalista ocorre em meio à aliança entre o governo de Donald Trump e a família Bolsonaro. Meses atrás, Paulo Figueiredo, Eduardo Bolsonaro e Flávio Bolsonaro foram recebidos pelo presidente norte-americano no Salão Oval da Casa Branca.

■ Com a determinação de Moraes para o início do cumprimento da pena, o próximo passo previsto é o encaminhamento de um ofício do STF ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Caberá, então, ao governo federal formalizar junto aos Estados Unidos o pedido de extradição de Eduardo Bolsonaro.

REPRODUÇÃO

Jornalista relaciona posição à proximidade entre a família Bolsonaro e o governo Trump

■ De acordo com Figueiredo, a solicitação não será aceita pelas autoridades norte-americanas. O jornalista relaciona essa posição à proximidade entre a família Bolsonaro e o governo Trump.

■ O STF já enfrentou dificuldades em outros processos de extradição envolvendo brasileiros que estão no exterior. Entre os casos citados estão os de Carla Zambelli, na Itália, Allan dos Santos, nos Estados Unidos, e Oswaldo Eustáquio, na Espanha.

Ex-auxiliar de Vorcaro diz que tornozeleira dificulta conseguir emprego após se candidatar a mais de 100 vagas

■ A defesa de Ana Cláudia Queiroz de Paiva, ex-auxiliar do banqueiro Daniel Vorcaro, afirmou ao STF que o uso de tornozeleira eletrônica tem dificultado sua recolocação no mercado de trabalho. Investigada na Operação Compliance Zero, ela alega estar sem renda desde fevereiro e já ter se candidatado a mais de 100 vagas de emprego, sem sucesso.

■ De acordo com petição apresentada nesta quinta-feira (8), a investigada procura emprego na área de administração financeira, mas enfrenta dificuldades devido às medidas cautelares impostas em março. Além de limitar seus deslocamentos, a tornozeleira a expõe a constrangimentos durante entrevistas presenciais.

■ Os advogados pedem que o monitoramento eletrônico seja substituído pelo comparecimento mensal à Justiça, em Belo Horizonte. Também solicitam autorização para que Ana Cláudia possa circular pelo território nacional ou, ao menos, pelo estado de Minas Gerais.

■ A defesa argumenta que o equipamento provoca preconceito e antecipa socialmente uma culpa que ainda não foi reconhecida pela Justiça.

■ "Nas entrevistas presenciais, em eventual futuro ambiente de trabalho e na vida cotidiana, expõe a Peticionária a um julgamento que antecipa, socialmente, uma culpa que nenhum juízo reconheceu", diz um trecho do documento ao qual a coluna teve acesso.

■ Segundo o texto, Ana Cláudia participou de entrevistas de emprego nos dias 1º e 24 de setembro, mas ainda não conseguiu uma nova ocupação. A proibição de deixar Belo Horizonte também a impede de disputar vagas presenciais em municípios próximos, como Nova Lima, Contagem e Betim.

■ A investigada afirma ainda que precisou abandonar atividades físicas, como pilates, musculação e corrida de rua, devido à exposição do equipamento e às limitações de movimento.

VORCARO MANDAVA E ZETTEL AUTORIZAVA PAGAMENTOS

■ Na petição, a defesa sustenta que Ana Cláudia não tinha poder de decisão sobre as movimentações financeiras investigadas pela Polícia Federal. Segundo os advogados, ela atuava na administração de contas a pagar, executando transferências previamente autorizadas por Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

■ "Vorcaro determinava, Zettel autorizava e ela executava", afirma a defesa ao descrever a hierarquia investigada.

■ Além da retirada da tornozeleira e da flexibilização das restrições de deslocamento, os advogados pedem autorização para que Ana Cláudia renuncie ao cargo de diretora da Super, cujas atividades estão suspensas por determinação judicial.

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Defesa de Vorcaro reclama de impasse que atrasa análise de recursos

Defesa de Vorcaro acusa impasse entre Fachin e Mendonça de travar pedido de soltura

■ A defesa do banqueiro Daniel Vorcaro apontou um impasse entre os ministros Edson Fachin e André Mendonça, do STF, que estaria impedindo a análise de seu pedido de soltura. Os advogados afirmam que o banqueiro está preso há mais de oito meses sem ter sido indiciado ou se tornado réu em ação penal.

■ Em petição apresentada nesta quinta-feira (8), à qual a coluna teve acesso, a defesa relata que os processos relacionados ao banqueiro foram encaminhados à Presidência do STF por determinação de Fachin, em 12 de setembro. Desde então, segundo os advogados, o pedido de revogação da prisão preventiva, apresentado em 18 de setembro, permanece sem análise.

■ Os defensores afirmam que procuraram o gabinete de Mendonça na quarta-feira (7) para cobrar uma decisão sobre a liberdade de Vorcaro. Na ocasião, teriam sido informados de que o ministro solicitou, há mais de duas semanas, a devolução dos processos à Presidência do STF, mas ainda não havia recebido resposta.

■ Antes disso, os advogados haviam solicitado um despacho com Fachin, mas receberam a orientação de encaminhar as medidas emergenciais ao relator André Mendonça.

■ Na petição, a defesa sustenta que a situação mantém o banqueiro em um "limbo" judicial, com pedidos urgentes pendentes de apreciação.

■ Os advogados também argumentam que Vorcaro permanece preso preventivamente, embora outros investigados em situação semelhante tenham sido colocados em liberdade.